RADIOFONIAS
REVISTA DE ESTUDOS DE RÁDIO E MÍDIA SONORA

antiga Rádio-Leituras | ISSN 2675-8067

Rádios comunitárias no Tocantins: apontamentos sobre as experiências locais

Community Radio Stations in Tocantins: Notes on Local Experiences

Emisoras comunitarias en Tocantins: apuntes sobre las experiencias locales

Valmir Teixeira de Araujo; Liana Vidigal Rocha; Cicilia Krohling Peruzzo

Resumo

Este artigo discute as rádios comunitárias e a comunicação em território amazônico, a partir do Tocantins, com foco nos conceitos de comunidade e comunicação popular. Adota-se como metodologia a análise documental e o estudo de caso, a fim de mapear as rádios tocantinenses e verificar, por meio de suas programações, informações sobre o funcionamento dessas emissoras em diferentes tipos de municípios e regiões. O panorama comunicacional regional revela que as rádios comunitárias continuam sendo espaços de sociabilidade e identidade local. Contudo, a análise das programações indica limitações na efetivação do caráter comunitário, com predominância de conteúdos musicais e retransmissão de um programa informativo padronizado em rede estadual, marcado pela forte presença de material institucional governamental. Ainda assim, destaca-se a relevância dos conteúdos de serviço, que contribuem para ampliar vínculos sociais e reforçar a importância estratégica dessas rádios para a circulação de informações e o fortalecimento da comunicação regional em territórios amazônicos.

Palavras-chave: Rádio comunitária; Comunicação local; Comunicação popular; Tocantins.

>> Informações adicionais: artigo submetido em: 23/02/2021 aceito em: 27/04/2021.

>> Como citar este texto:
ARAUJO, Valmir Teixeira de; ROCHA, Liana. Vidigal; PERUZZO, Cicilia Krohling. Rádios comunitárias no Tocantins: apontamentos sobre as experiências locais. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 17, n. 01, p. 241-267, jan./abr. 2026.

Sobre os autores

Valmir Teixeira de Araujo
valmircomunica@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7843-3960

Professor do Curso de Jornalismo e do PPGCOM da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Doutor em Comunicação Social (UMESP) e pós-doutor pelo PPGCOM-UFT.

Liana Vidigal Rocha
lianavidigal@mail.uft.edu.br
https://orcid.org/0000-0001-7506-8577

Professora-associada e docente do mestrado em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT) da Universidade Federal do Tocantins. Possui mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciências da Comunicação (USP).

Cicilia Krohling Peruzzo
kperuzzo@uol.com.br
https://orcid.org/0000-0002-6384-8848

Professora visitante colaboradora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ e da UFES. Possui doutorado em Comunicação Social (USP). Fez o pós-doutorado no Centro de Investigações Interdisciplinares em Ciencias y Humanidades (CEIICH) da Universidade Nacional Autônoma do México.

Abstract
This article discusses community radio stations and communication in the Amazonian territory based on experiences in Tocantins, focusing on the concepts of community and popular communication. The methodology adopted includes documentary analysis and a case study in order to map the radio stations in Tocantins and verify, through their programming, information about the operation of these broadcasters in different types of municipalities and regions. The regional panorama reveals that community radio stations continue to function as spaces of sociability and local identity. However, the analysis of programming indicates limitations in the effective realization of the community character, with a predominance of musical content and the retransmission of a standardized news program across the state network, marked by a strong presence of institutional governmental material. Even so, the relevance of service-oriented content stands out, contributing to the strengthening of social ties and reinforcing the strategic importance of these stations for the circulation of information and the strengthening of regional communication in Amazonian territories.

Keywords: Community radio; Local communication; Popular communication; Tocantins.

Resumen
Este artículo analiza las radios comunitarias y la comunicación en el territorio amazónico a partir del Tocantins, con énfasis en los conceptos de comunidad y comunicación popular. Se adopta como metodología el análisis documental y el estudio de caso, con el fin de mapear las radios tocantinenses y verificar, a través de sus programaciones, información sobre el funcionamiento de estas emisoras en distintos tipos de municipios y regiones. El panorama regional revela que las radios comunitarias continúan siendo espacios de sociabilidad e identidad local. Sin embargo, el análisis de las programaciones indica limitaciones en la concreción del carácter comunitario, con predominio de contenidos musicales y la retransmisión de un programa informativo estandarizado en red estatal, marcado por una fuerte presencia de material institucional gubernamental. Aun así, se destaca la relevancia de los contenidos de servicio que contribuyen a ampliar los vínculos sociales y a reforzar la importancia estratégica de estas radios para la circulación de información y el fortalecimiento de la comunicación regional en territorios amazónicos.

Palabras clave: Radio comunitaria; Comunicación local; comunicación popular; Tocantins.

Introdução

O surgimento das rádios comunitárias, no Brasil, acontece em um cenário de restrição aos meios de comunicação, como rádio e televisão, que eram dominados por fortes grupos privados. Deste modo, as emissoras livres e os sistemas de alto-falantes se transformam em uma espécie de reivindicação pela democratização da comunicação, atuando, inclusive, como canais de mobilização social nas áreas mais periféricas dos centros urbanos e zonas rurais.

Com a aprovação da autorização do funcionamento da radiodifusão comunitária no Brasil, abre-se um caminho para que as emissoras busquem, junto ao Ministério das Comunicações, a institucionalização da modalidade. No entanto, o processo para alcançar a outorga foi lento e burocrático. A legislação impôs limites técnicos e operacionais, condicionando o alcance e o formato das rádios a regras rígidas. Isso dificultou a sustentabilidade e a autonomia das emissoras. Mesmo assim, as rádios comunitárias continuam se apresentando como um modelo alternativo e eficaz de comunicação.

A institucionalização das rádios comunitárias no Brasil deve ser compreendida a partir do marco regulatório da radiodifusão e das discussões sobre direito à comunicação, comunicação popular e participação social. Embora a regulamentação tenha reconhecido juridicamente essas emissoras, também estabeleceu limites técnicos e operacionais que afetaram sua autonomia e atuação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, 2009). Essa realidade dialoga com a perspectiva de Peruzzo (2025), para quem a comunicação popular se constitui como espaço de expressão, participação e mobilização social, enquanto a noção de comunidade, discutida por Tönnies (1973), Nisbet (1953) e Bauman (2003). Nesse sentido, as rádios comunitárias podem ser entendidas como espaços de exercício do direito à comunicação e de fortalecimento da cidadania comunicativa.

Entretanto, as rádios comunitárias não são compostas por um modelo

único e padronizado. Apesar de serem geridas predominantemente por membros da própria comunidade onde estão inseridas e apresentarem um caráter sem fins lucrativos, observamos que há uma ampla diversidade de arranjos institucionais e também operacionais. É evidente que muitas resguardam as características originais, enquanto outras são mantidas por associações, instituições religiosas ou passam a funcionar de acordo com a lógica do mercado.

Assim, percebemos que um dos principais desafios é sobreviver diante das dificuldades financeiras, pois, muitas vezes, os patrocínios culturais locais, o trabalho voluntário e as contribuições de filiados não são suficientes para manter as emissoras. Como consequência, vemos muitas rádios construindo a sua própria identidade em função do contexto no qual estão inseridas e lutando para preservar o senso de comunidade, assim como manter o vínculo com o território e os interesses que o cercam.

A partir dessas informações, encontramos um panorama no Tocantins, que revela uma situação de desigualdade. Enquanto a região central do estado, onde está situada a capital Palmas, concentra a maior quantidade de veículos de comunicação, incluindo as rádios comunitárias, vemos as regiões norte e sul do estado apresentarem um número bem menor de meios de comunicação. Do total de 139 municípios tocantinenses, conforme dados do mapeamento feito pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (Nepjor/UFT) apenas 38 registram a presença de, pelo menos, uma rádio comunitária, sendo que, em 27 cidades, este é o único veículo de comunicação local. Esse fator destaca a relevância dessas emissoras do ponto de vista informacional e também cultural em lugares onde o mercado publicitário é mais fraco.

Deste modo, desenvolvemos esta pesquisa com o objetivo de discutir sobre as rádios comunitárias e a comunicação na região norte do Brasil, a partir das experiências do Tocantins, com foco nos conceitos de comunidade e comunicação popular. O estudo combina análise documental e estudo de caso para mapear as rádios comunitárias presentes no Tocantins, analisando ainda trechos das programações das emissoras selecionadas. O intuito é compreender

como essas rádios funcionam, quais são suas potencialidades em termos democráticos e as limitações que enfrentam em função de fatores estruturais e regulatórios.

Para fazer o mapeamento e a seleção das emissoras, consultamos o banco de dados oficial da ANATEL, os registros da Federação das Associações de Rádios Comunitárias do Estado do Tocantins (FARCOM/TO) e da Secretaria da Comunicação do Estado (Secom/TO), plataformas de streaming (rádios.com, Tuneln), redes sociais das emissoras e registros públicos das associações gestoras. Para o estudo de caso, foram selecionadas três rádios comunitárias considerando, além da distribuição regional, a situação de funcionamento das emissoras e sua inserção em municípios de diferentes portes no contexto tocantinense.

Buscou-se contemplar realidades distintas, selecionando a Rádio Top FM, de Araguatins, na região norte, município entre os mais populosos do estado; a Rádio Cidade FM 87,9, de Palmeirópolis, na região sul, representativa de um município de porte intermediário em sua região; e a Rádio Dunas FM, de Mateiros, na região central/Jalapão, um dos municípios menos populosos do Tocantins. Dessa forma, a seleção permitiu observar diferentes contextos territoriais e demográficos, sem adotar como critérios específicos indicadores de audiência, alcance ou interação com o público. Para a caracterização demográfica dos municípios, foram utilizados, como dados de apoio, o mapeamento do Nepjor/UFT e o Censo Demográfico do IBGE (2022).

No que diz respeito à coleta de dados e aos procedimentos, seguimos com um levantamento documental nas bases oficiais e nos registros das associações a fim de identificar a situação regulatória das emissoras. Esse foi o critério principal para a escolha dos objetos de estudo. Em seguida, foi feita a verificação de operacionalidade dessas emissoras para confirmar se estavam mesmo funcionando regularmente. Com essas informações confirmadas, passamos para a coleta dos dados nas grades de programação das três emissoras nos sites oficiais e nos perfis das redes sociais. O monitoramento da programação foi

realizado por meio de observação sistemática, em dias alternados e nos horários de maior circulação de notícias: 15, 18, 23 e 26 de setembro de 2025, na Rádio Cidade FM 87,9. Dias 16, 19 e 22 de setembro, na Rádio Dunas FM. Por fim, nos dias 17, 22 e 25 de setembro, na Rádio Top FM. O registro das informações veiculadas foi realizado em arquivos distintos e posteriormente submetido à análise qualitativa.

Assim, destacamos que a combinação das fontes documentais com a observação direta da programação tem como função realizar um mapeamento mais adequado, avaliando as práticas das rádios comunitárias no Tocantins, bem como verificar o papel social que é atribuído a elas em meio a um cenário de meios de comunicação concentrada nas maiores cidades e carente de incentivos financeiros. Deste modo, esta pesquisa se mostra relevante à medida em que revela situações ainda não sistematizadas do ponto de vista científico, social e cultural.

Origem e marco legal das rádios comunitárias

As rádios comunitárias no Brasil nascem no contexto de grandes restrições ao acesso às tecnologias de rádio e TV, ditadas por uma legislação de telecomunicações subordinada aos interesses econômicos e políticos dos grandes grupos corporativos privados que controlam os principais meios de comunicação. Esse fato foi um dos motivos que levaram ao surgimento das rádios livres comunitárias em FM, ou seja, veículos que entravam no ar sem autorização para funcionar. Foi uma forma de reivindicar a democratização dos meios de comunicação e de usá-los a serviço do movimento social comunitário.

Eram caracterizadas como clandestinas ou piratas pelos agentes contrários à sua existência, mas de fato exerciam o direito de comunicar no contexto das lutas populares por melhores condições de existência nas periferias urbanas. Essas emissoras comunitárias transmitiam em Frequência Modulada (FM) de baixa potência, mas são antecedidas por “rádios” de alto-falantes – colocados em postes de energia, torres de igrejas, ou os portáteis megafones e

alto-falantes sobre bicicletas ou carros, sistemas que ainda existem em algumas localidades.

Com menor complexidade tecnológica e sem risco de confisco e punição por parte de órgãos do poder público, os sistemas de alto-falantes cumpriram e, eventualmente, ainda cumprem, um papel importante na transmissão de informações de interesse comunitário, principalmente, em lugares onde não há ou é restrito o acesso a outros meios de comunicação convencionais por segmentos sociais subalternizados, que vivem em zonas retiradas do interior ou zonas periféricas nas cidades. Às vezes, até há acesso a meios de comunicação, mas são vindos de fora, portanto, com programação nacional ou regional, sem espaço para o tratamento dos assuntos específicos das comunidades e localidades. Então, tem sido primordial a criação de sistemas de radiodifusão comunitária porque possibilitam o empoderamento de canais de comunicação por coletivos locais que os vinculam com o trabalho de desenvolvimento social e circulação da informação situada no contexto de cada realidade.

Em 1998, foi aprovada uma lei específica autorizando o funcionamento da radiodifusão comunitária (Lei 9.612/98), como resultado da pressão popular exercida tanto pelo movimento de rádios comunitárias, mais tarde formalizado na Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), quanto pelo Fórum Brasileiro de Democratização da Comunicação (FNDC), entre outros aliados. Desde então, grande quantidade de emissoras conseguiu autorização do Ministério das Comunicações para funcionar, embora dentro de um sistema público de concessão moroso e de uma legislação restritiva no que se refere à modalidade de rádio – só permite as comunitárias de base geográfica, proibição de publicidade, e o alcance de apenas um quilômetro, com antena de mil metros de altura. Em 2025 existiam 56 rádios comunitárias autorizadas.

Desde suas origens, as rádios comunitárias surgem, muitas vezes sem autorização legal, por serem vistas como necessárias no processo de relacionamento e de comunicação no contexto dos movimentos comunitários (comunidades periféricas, bairros, favelas e áreas rurais), onde existem

mobilizações visando melhorar as condições de existência e desenvolvimento social. Diante das situações de pobreza, carência de serviços de atendimento à saúde, de escolas, serviços de transporte público e de outras necessidades infraestruturais, os movimentos populares perceberam a necessidade de criar seus próprios meios de comunicação como forma de mobilizar as pessoas para enfrentar os desafios de conquistar as melhorias almejadas. Então, o modelo de rádio comunitária foi um dos escolhidos para alcançar esses objetivos.

A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), ainda em 2009, definiu alguns parâmetros para as rádios comunitárias, entre eles:

a) Ter caráter público – "uma emissora, para ser verdadeiramente comunitária, deve ser uma entidade associativa, sem fins econômicos, aberta à filiação de cidadão e cidadã da sua área de abrangência, deve ter um conselho comunitário e respeitar a pluralidade étnica, social, cultural e de gênero";

b) Sustentabilidade – uma rádio comunitária "deve procurar sua sustentação por meio das contribuições mensais de seus filiados. Porém, é legítimo que uma rádio comunitária faça a publicidade do setor produtivo local [,...]";

c) Incentivar o debate político, "contribuindo para a formação cidadã. Mas não pode fazer proselitismo partidário, de políticos ou administradores. Ela deve ser plural e aberta a todos. [...] deve ser assegurado o direito de expressão das diferentes opiniões";

d) Ser laica – "uma rádio comunitária não pode ter religião ou fazer propaganda religiosa". No caso de abrir espaço para debates sobre religiosidade da comunidade, há que se garantir a participação de "todas as representações religiosas" e não o "proselitismo religioso";

e) Ter compromisso com a sustentabilidade ambiental e os direitos humanos – "deve defender um meio ambiente sustentável, a diversidade e os direitos humanos, especialmente os direitos da criança e do adolescente. Jamais deve veicular manifestações racistas, sexistas ou homofóbicas";

f) Promover a cultura local – "uma rádio comunitária deve divulgar e

incentivar os artistas, músicos, escritores e dançarinos da localidade. Assim, contribuirá para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade";

g) Defender a radiodifusão comunitária – "uma emissora comunitária deve defender os princípios e as lutas do movimento das rádios comunitárias, denunciar as violências praticadas pelo Estado e as campanhas difamatórias dos donos da mídia corporativa";

h) Lutar pela democratização da comunicação - "esta é uma luta da maioria da sociedade brasileira e, para as rádios comunitárias, deve ser uma bandeira prioritária"; i) Divulgar a cultura livre – "cada vez mais cantores, músicos, escritores, jornalistas e técnicos da área da informática estão [...] licenciando as suas obras de licenças livres que permitem a reprodução do conteúdo e, ao mesmo tempo, preservam os direitos de autor" (Abraço no Ar, 2009, p. 5).

Cabe ressaltar que a atuação das rádios comunitárias no país historicamente não foi algo muito pacífico. Apesar de seu papel social, houve fechamento de emissoras e prisão de radialistas populares, a partir de denúncias das rádios comerciais alegando funcionamento ilegal, e da atuação subsequente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e da Polícia Federal[1].

No auge da repressão às rádios comunitárias livres nos anos de 1980, 1990 e na primeira década de 2000, período de grande dificuldade na obtenção das licenças para sua operação, que chegava a demorar até cinco anos, Armando Coelho Neto (2002) publicou o livro "Rádio comunitária não é crime" no qual dizia que o movimento das rádios comunitárias era um dos mais legítimos que reivindicava liberdade de expressão. Ele afirmava que essas rádios são voltadas à população carente e têm conseguido inúmeros benefícios, desde arrecadação de medicamentos, ajuda para encontrar crianças perdidas e distribuição de cestas básicas, até melhoria da limpeza urbana e prevenção no uso de drogas. Já Lilian Bahia (2008) constatou em sua pesquisa em Belo Horizonte (MG) que as rádios comunitárias contribuem para a construção e a consolidação do sentimento de cidadania dos moradores da comunidade, provocando sua participação ativa em

[1] PF e ANATEL deflagram operação em combate a rádios transmissoras clandestinas no RJ. Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/

iniciativas empreendidas, bem como na formação de identidades culturais coletivas.

Em suma, as rádios comunitárias são aquelas que pertencem à comunidade, pois "tem gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural. (...) São aquelas que, tendo como finalidade primordial servir à comunidade, podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania" (Peruzzo, 2004, p.252-253).

A diversidade das RCs e seus desafios

Apesar dos conceitos bem característicos da radiodifusão comunitária no Brasil e de outros países da América Latina, na prática, não existe um modelo único de rádios comunitárias. No Brasil, elas são geridas predominantemente por pessoas das próprias comunidades e são sem fins lucrativos. Em geral, sobrevivem com grandes dificuldades diante da escassez de recursos financeiros e operacionais. O trabalho voluntário (com raras exceções, existe alguma remuneração para funções específicas) e o apoio cultural dos empreendimentos comerciais locais são a base da sustentação, mas há casos de emissoras sustentadas por associações comunitárias, igrejas, recursos distribuídos por editais, doações etc.

De um modo geral, no decorrer do tempo, o cenário das rádios comunitárias tem se ampliado. Existem aquelas que carregam as características originárias, como as já apontadas, mas também uma diversidade maior de iniciativas do que nas décadas dos anos 1980 aos 2000. Em outros termos, são encontradas emissoras organizadas e geridas coletivamente, cuja programação é planejada e executada por pessoas da comunidade e que trata dos assuntos que interessam à comunidade, conservando assim o caráter comunitário, sem fins lucrativos e voltadas ao desenvolvimento social local.

Essa diversidade também se expressa nas formas de sustentabilidade das emissoras. Em 2025, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República publicou uma normativa que passou a permitir a veiculação de

publicidade institucional em rádios comunitárias, ampliando a possibilidade de acesso a recursos públicos. A medida representa uma mudança importante diante das dificuldades financeiras historicamente enfrentadas por essas emissoras, sobretudo em municípios onde o mercado publicitário é reduzido. Ao mesmo tempo, a aproximação com recursos públicos traz novos desafios para a autonomia editorial e para a preservação do caráter comunitário das rádios, aspectos que precisam ser considerados ao analisar as diferentes formas de funcionamento dessas emissoras.

Essa diversidade também precisa ser compreendida diante das transformações provocadas pelas tecnologias digitais, que passaram a fazer parte das práticas das rádios comunitárias e das formas de interação com seus públicos. O uso de redes sociais e aplicativos de mensageria amplia as possibilidades de circulação de informações e de participação, mas também coloca essas emissoras diante de novas disputas por visibilidade. Como observa Costa Filho (2024), “não basta mais somente poder expressar-se e publicar o conteúdo no ambiente digital. É necessário garantir a isegoria” (p. 30). A questão, portanto, não está apenas em ocupar esses espaços, mas em garantir que os diferentes sujeitos e grupos da comunidade tenham condições efetivas de serem vistos e ouvidos.

Essa diversidade também se manifesta na forma como as emissoras se relacionam com as próprias comunidades e organizam sua gestão e programação. Há emissoras operadas por pessoas da comunidade e voltadas às suas demandas, mas com menor participação popular nos processos de gestão e na definição da programação. Existem, ainda, aquelas que, embora estejam autorizadas legalmente como comunitárias, acabam funcionando segundo lógicas mais próximas das emissoras comerciais ou religiosas. Mesmo contribuindo localmente com serviços de utilidade pública e a difusão de informações, essas rádios tendem a privilegiar conteúdos voltados ao entretenimento.

Deste modo, percebemos que cada rádio comunitária constrói identidades próprias de acordo com a realidade em que se situa, os propósitos e as condições

operativas e políticas com as quais opera. Para a realização mais efetiva do senso comunitarista, o importante é que não se percam suas características de vínculo com o território e que seja voltada ao interesse público e exercício da cidadania.

Essa diversidade de rádios comunitárias é algo que tem o reconhecimento da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), presente em 115 países. Para a AMARC, elas são até chamadas por distintos nomes, tais como rádios comunitárias, cidadãs, populares, educativas, livres, participativas, rurais, associativas, alternativas, mas têm um mesmo desafio: democratizar a comunicação para democratizar a sociedade. Elas podem ser:

> [...] grandes ou pequenas, com muita ou pouca potência, as rádios comunitárias não fazem referência a um lugar, mas sim a um espaço de interesses compartilhados. Nestas emissoras pode-se trabalhar com voluntárixs ou pessoal contratado, com equipamentos caseiros ou com o que há de mais desenvolvido tecnologicamente. Ser comunitário não se contrapõe à produção de qualidade nem à solidez econômica do projeto. Comunitárias podem ser as emissoras de propriedade cooperativa, ou as que pertencem a uma organização civil sem fins lucrativos, ou as que funcionam com outro regime de propriedade, sempre que esteja garantida sua finalidade sociocultural e sua contribuição para a transformação da sociedade pela conquista e ampliação de direitos (Amarc Brasil, [s./d.])[2].

A nomenclatura rádio comunitária remete à comunidade. Assim sendo, há que se reconhecer que existe um conceito com o qual se opera na base dessa prática comunicacional. Neste texto, entendemos por comunidade um ambiente restrito e caracterizado por determinados contornos, sejam eles geográficos, históricos, identitários ou de proximidade vivencial. Mas, em geral, comunidade é tomada como referente a aspectos mais difusos que não refletem estas características com precisão, ou seja, ela é entendida no nível do senso comum apenas para referir-se a alguma localidade ou até mesmo a um grande conglomerado, como favela, por exemplo, ou mesmo a uma região específica dentro de uma realidade mais ampla. Por exemplo, uma região interiorana de determinado município.

Do ponto de vista conceitual, há um debate que perdura desde o século

[2] Informações obtidas em: https://amarcbrasil.com/radio-comunitaria/. Acesso em 20 nov. 2025.

passado. Tanto a partir de autores clássicos - Nisbet (1953), ([1935] 1995); Hillary, (1955), Parsons ([1951] 1969), Goode (1957), Maciver & Page ([1949] 1973) e Mercer ([1956] 1986) - quanto entre seus críticos e inovadores, como Pertti Toto (1973), Miranda (1973), (Buber (1987) e Bauman (2003) - os conceitos foram sendo revistos e complementados.

Numa visão de conjunto sintética dessas abordagens, podemos inferir que a existência de uma comunidade pressupõe a existência de determinadas condições básicas, tais como: a) um processo de vida em comum por meio de relacionamentos e interação intensos entre os seus membros; b) cultura compartilhada; c) objetivos comuns; d) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros; e) consciência de suas singularidades identificativas; f) sentimento de pertencimento; e g) participação ativa de seus membros na vida da comunidade. No século passado, havia uma insistência em considerar também o *locus* territorial específico como uma das características de comunidade, mas essa noção foi sendo derrubada diante das facilidades interativas que as tecnologias foram trazendo.

As características acima são importantes para entender o sentido de comunidade, mas há que se observar que comunidades existem em diversas modalidades. O mais acertado é considerar cada comunidade em sua configuração específica, pois, de um lado, nem todas as características apontadas acima acontecem simultaneamente e, de outro, o que une as pessoas em comunidade pode variar. Por exemplo, em alguns contextos, a base geográfica continua sendo uma condição de relacionamento, proximidade e encontro.

Na atualidade, tomando como referência o Brasil e outros países da América Latina, convém acrescentar a essas visões tradicionais de comunidade uma nova configuração de comunidades, aquelas que se formam no contexto dos movimentos sociais, porque, embora:

> [...] individualismo seja uma das marcas da sociedade contemporânea, há também uma tendência à agregação e à participação social. Embora os processos de globalização sejam implacáveis, simultaneamente geram-se processos de valorização do local e do comunitarismo [...]. [Entre as várias formas de agregação estão desde grupos de mulheres, de ambientalistas,

> moradores de uma localidade, pessoas sem terra, negros...], grupos de ajuda mútua, associações, redes de movimentos sociais, cooperativas, até comunidades religiosas, grupos étnicos, entre milhares de outras (Peruzzo, 2002, p. 288-289)

No contexto dessas formas de envolvimento social, características dos movimentos populares, constitui-se um novo tipo de comunidade que corresponde ao que Buber (1987) identifica como comunidade de eleição, ou de escolha. É a comunidade a qual se elege para participar porque há interesses, problemas, visões e objetivos em comum em torno dos quais os movimentos se articulam visando uma vida digna para coletividades humanas, superando o individualismo e fortalecendo o caráter comunitário de suas ações e propostas (Peruzzo, 2023). Contudo, essa noção não cabe simplificações porque movimentos sociais não são sinônimos de comunidade, é no interior deles que as comunidades se formam.

Breve panorama das RCs do Tocantins

O Tocantins conta com 56 rádios comunitárias distribuídas entre as três grandes regiões do estado: Sul, Centro e Norte. A maior parte dessas rádios está no Centro (24 rádios), região onde se encontra a capital, Palmas, e outros 41 municípios. No Norte do Tocantins, que concentra 68 dos 139 municípios tocantinenses, estão localizadas 23 rádios comunitárias. Já no Sul, que é a região menos populosa e conta com 32 municípios, estão em operação apenas 11 rádios comunitárias.

O mapeamento dessas emissoras foi realizado mediante consulta às bases oficiais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), considerando rádios ativas, já regularizadas ou em processo de regularização. O levantamento foi complementado com verificações em plataformas digitais de transmissão, como Radios.com e TuneIn, que permitem a busca por município ou nome da rádio. Além disso, foi feita uma checagem a partir das redes sociais das emissoras, uma vez que a maioria possui algum canal ativo online. Observou-se também dados fornecidos pelas associações de rádios, com base nos registros da Anatel, e, em

alguns casos, foram feitas tentativas de contato direto por e-mail e telefone, ainda que com baixo retorno. Esses procedimentos foram essenciais para confirmar se as rádios estavam efetivamente em funcionamento e com atividade regular no período analisado.

Nesse cenário, 38 municípios possuem rádios comunitárias, com destaque para Palmas, que concentra cinco delas. Cidades-polo como Araguaína, Gurupi e Porto Nacional também abrigam emissoras comunitárias. Cabe frisar que esses municípios também são cobertos por outros meios de comunicação, como emissoras de televisão e rádio públicas e privadas de amplo alcance. Entretanto, em 27 cidades, a rádio comunitária é o único meio de comunicação local — muitas vezes atendendo também distritos e comunidades vizinhas. É o caso de pequenos municípios como Luzinópolis (2.717 habitantes), onde a Rádio Luz ecoa pelo Bico do Papagaio. Também se destaca o município de Mateiros (2.748 habitantes), sede da Rádio Dunas, no coração do Jalapão. Outro exemplo é Porto Alegre do Tocantins (2.866 habitantes), que sintoniza a Porto Alegre FM.

Nesses locais, de economia frágil e população reduzida, as rádios comerciais dificilmente se instalaram, o que faz com que as comunitárias desempenhem funções importantes na circulação da informação. Essas rádios atuam como megafones das comunidades, servindo como espaços onde a cultura local se expressa, as demandas ganham visibilidade e a cidadania se exerce. Para compreender melhor esse papel, foi realizado o acompanhamento da programação de três rádios comunitárias em diferentes regiões, observando, sobretudo, os horários de maior circulação de notícias e os boletins produzidos pela FARCOM/TO (Federação das Associações de Rádios Comunitárias do Estado do Tocantins). Embora sigam o padrão do radiojornalismo tradicional, esses boletins enfatizam a agenda do governo estadual, especialmente as ações da Secretaria da Saúde, pois reportam informações de interesse para os moradores do interior.

A pesquisa acompanhou a Rádio Cidade FM 87,9, de Palmeirópolis, no extremo Sul do Tocantins, um município de cerca de 7 mil habitantes marcado

pela forte presença do agronegócio e pela agricultura de médio porte. Também foi analisada a Rádio Dunas FM, de Mateiros, localizada na região do Jalapão, que combina comunidades quilombolas a uma economia baseada no turismo e no extrativismo sustentável. Por fim, acompanhou-se a Rádio Top FM, de Araguatins, no Bico do Papagaio, polo regional no Norte do estado, onde a agricultura familiar, o extrativismo e o comércio local compõem o cenário econômico.

Esses três exemplos evidenciam como as rádios comunitárias do Tocantins se inserem em contextos municipais de diferentes dimensões populacionais e características socioeconômicas. Araguatins, com cerca de 32 mil habitantes, é o sétimo município mais populoso do estado; Palmeirópolis, com 7 mil habitantes, ocupa a 44ª posição; e Mateiros, com aproximadamente 2,8 mil moradores, está entre os menores municípios tocantinenses, na 109ª colocação entre os 139 existentes no estado (IBGE, 2022)[3].

Estratégias e contribuições locais

A seguir, apresentamos as principais características da programação de três rádios comunitárias do estado do Tocantins, observadas na pesquisa, a fim de explicitar suas estratégias e contribuições locais.

Rádio Cidade FM 87,9 (Palmeirópolis/TO)

A Rádio Cidade FM 87,9, localizada em Palmeirópolis, extremo Sul do Tocantins, integra o conjunto de 11 rádios comunitárias presentes na Região Intermediária de Gurupi. Fundada em 11 de julho de 2025, em um município de pouco menos de 7 mil habitantes, a emissora é o único canal de comunicação local e, segundo sua descrição, é um veículo de informação e entretenimento, transmitindo diariamente das 6h às 20h. A programação inclui programas musicais, como "Recanto Caipira", com Tauane Alves, e "Tarde Sertaneja", além de interação com ouvintes via WhatsApp, que enviam mensagens, fotos e, principalmente, áudios, o que mantém a conexão próxima com o público.

[3] Informações obitdas em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 08 mar. 2026.

Embora a grade oficial destaque um programa de notícias entre 12h30 e 13h, nas datas analisadas (15, 18, 23 e 26 de setembro de 2025), não houve transmissão fixa desse programa. Nessas datas, a programação foi predominantemente musical, com pílulas informativas produzidas pela Farcom, intercaladas com interações dos locutores e recados de moradores.

No dia 15 de setembro, as inserções noticiosas destacaram a agenda do então governador Laurez Moreira[4], além de serviços do governo do Tocantins voltados para a área da saúde, mas sem um destaque específico para Palmeirópolis. Os locutores também comentaram uma nota nacional sobre a Força Aérea Brasileira que abateu uma aeronave na Amazônia, sem citar a fonte da matéria. Entre uma música e outra, os apresentadores deram espaço para recados enviados por moradores locais, destinados a outros moradores, que versavam principalmente sobre parabenizações por datas (como aniversários) e realizações (como formaturas).

No dia 18 de setembro de 2025, os boletins transmitiram informações gerais sobre ações da Polícia Militar (PM) no combate ao tráfico de drogas na região Sul do estado, onde Palmeirópolis está inserida, com foco em Gurupi, a principal cidade da região, e sem citar Palmeirópolis. Os locutores ainda reforçaram serviços públicos, como campanhas de vacinação do SUS, destacando o "Dia D" de vacinação, que ocorreu em 18 de setembro, para atualizar todas as vacinas. Essa ação foi comandada pela Secretaria Estadual da Saúde, e nesta data, os locutores leram mensagens enviadas pelo WhatsApp por pessoas da comunidade pedindo músicas e agradecendo a familiares.

No dia 23 de setembro, a rádio transmitiu um boletim produzido pela Farcom, que repercutiu um encontro do governador Laurez Moreira em Brasília/DF com o ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, destacando os projetos da Secretaria Estadual da Pesca em parceria com municípios tocantinenses. No mesmo espaço, foram divulgadas informações sobre reuniões de secretários

[4] O governador Wanderlei Barbosa foi afastado pelo STJ em setembro de 2025. O vice-governador Laurez Moreira assumiu interinamente e promoveu mudanças no período. Em 5 de dezembro, o STF concedeu liminar que autorizou o retorno de Barbosa ao cargo.

estaduais em Palmas e os desdobramentos dessa agenda. Além disso, circularam notas rápidas sobre acidentes em rodovias de diversas regiões, sem um destaque especial para a região Sul ou mesmo para Palmeirópolis. Nesta data, houve recomendações de segurança para motoristas, tanto no boletim quanto na fala dos locutores. Também houve a inserção de mensagens dos ouvintes, em número menor do que nos outros dias, já que houve mais espaço para os boletins.

No dia 26 de setembro, a emissora trouxe como principal pauta uma decisão da Secretaria Estadual de Saúde, que estabeleceu novas regras para o fornecimento de medicamentos pelo SUS no Tocantins. A notícia foi acompanhada de comentários dos locutores sobre a importância do acesso regular aos remédios em cidades pequenas como Palmeirópolis. Nesse mesmo dia, também foram transmitidas informações policiais sobre a prisão de suspeitos de furtos em áreas rurais de municípios da região Sul, com destaque para notícias sobre Gurupi, além dos recados dos ouvintes, principalmente sobre aniversários.

De modo geral, observa-se que a Rádio Cidade FM cumpre um papel relevante na circulação de informações de interesse regional, pois o conteúdo dos boletins produzidos pela Farcom, apesar de ser muito voltado às ações do governo do Tocantins, inclui informações importantes, sobretudo da Secretaria da Saúde. Contudo, também são inseridas informações locais específicas sobre Palmeirópolis, por meio de boletins informativos, comentários, informes dos locutores e da interação direta com ouvintes, suas notas e recados. No conjunto, os conteúdos tratam de questões de saúde, política, segurança pública e serviços públicos estaduais, o que demonstra o papel de veículo de informação e de prestação de serviços de utilidade pública da Rádio Cidade FM, além de colaborar com o entretenimento por meio da programação musical.

Rádio Dunas FM (Mateiros)

A Rádio Dunas FM, de Mateiros, localizada na região central, no coração do Jalapão, desempenha um papel crucial na comunicação de um dos menores municípios do Tocantins, com apenas 2.748 habitantes. Desse total, 1.190

pessoas são quilombolas, distribuídas em três comunidades históricas - Mumbuca, Rio Novo e Prata - que juntas representam 43,3% da população local (IBGE, 2022).

Com uma área de 9.657 km² (quinta maior do estado), Mateiros está a 220 km de Palmas e faz divisa com três estados nordestinos: Bahia, Piauí e Maranhão. Embora integre a Região Intermediária de Palmas (IBGE), o Jalapão caracteriza-se por sua ampla extensão territorial, baixa densidade populacional e escassez de meios de comunicação; conta apenas com três rádios comunitárias: em Mateiros, Lizarda e Ponte Alta do Tocantins. Nesse contexto de isolamento e carência midiática, a rádio comunitária se consolida como o único veículo local de informação, atuando como elo entre a população e os assuntos de interesse público. Entre 12h e 13h, a emissora oferece um espaço voltado ao diálogo com a comunidade, com recados de ouvintes, pedidos de músicas e boletins informativos, produzidos pela FARCOM. A grade também prevê momentos de reprodução de programação de parceiros e entradas ocasionais de locutores da Unitins FM, emissora da Universidade Estadual do Tocantins, que transmite notas produzidas pela própria instituição. No entanto, observou-se que a atualização de notícias locais ainda é esporádica, prevalecendo notas breves intercaladas à programação musical.

No dia 16 de setembro, os boletins destacaram uma ação da Secretaria Estadual de Saúde, que promoveu a imunização de servidores da SES-TO durante a campanha de vacinação. Também foi transmitido um alerta sobre sinais e formas de prevenção da trombose, em alusão ao Dia Nacional de Conscientização da doença. Os recados da comunidade foram marcados por pedidos de músicas sertanejas e mensagens de parabéns a aniversariantes. Também houve a entrada de uma nota da Unitins FM para compartilhar notícias sobre editais de pesquisa e eventos acadêmicos da universidade.

No dia 19 de setembro, circularam informações sobre operações da Polícia Militar (PM) destinadas ao combate ao tráfico de drogas em outras regiões do estado, sem citar a região central ou o Jalapão. Também foram divulgadas

informações relacionadas ao funcionamento do Hospital Geral de Palmas, que é o centro especializado de saúde que atende os municípios do Jalapão. Além disso, foram reportados acidentes em outras regiões, e o locutor aproveitou para reforçar a importância da segurança no trânsito, lembrando de um acidente que ocorreu dias antes no Jalapão. Também houve intensa interação via WhatsApp, com moradores pedindo canções regionais e comentando dificuldades no transporte público entre Mateiros e Ponte Alta do Tocantins.

No dia 22 de setembro, a emissora transmitiu a mesma nota da FARCOM divulgada pela Rádio Cidade FM (Palmeirópolis), com informações sobre atividades do governador Laurez Moreira em Brasília, bem como as reuniões dos secretários estaduais para tratar de projetos de infraestrutura. Neste momento, foram citadas obras para o Jalapão, mas sem especificar o município. Na mesma faixa horária, o boletim trouxe informações sobre turismo no Jalapão, reforçando a importância da preservação do Parque Nacional, e o locutor aproveitou para reforçar a mensagem de preservação ambiental.

Como se pode observar, a Rádio Comunitária Dunas FM cumpre um papel importante pela própria existência, especialmente em Mateiros, um dos municípios menos populosos do estado, o que reduz o interesse comercial de outros veículos. Além disso, possui um valor simbólico, já que está situada em um dos municípios brasileiros com maior percentual de população quilombola. No entanto, no período analisado, não houve menções à questão quilombola, e não foram produzidos conteúdos informativos locais, embora o locutor buscasse relacionar outros acontecimentos à região, como ao comentar sobre o trânsito ou ao citar o HGP (Hospital Geral de Palmas), referência para os moradores.

Assim, mesmo com limitações, a emissora exerce uma função de serviço público à comunidade, garantindo alguma visibilidade dos serviços oferecidos, sobretudo na área da saúde, e contribui para o fortalecimento da identidade e da integração local, ao focar não apenas em Mateiros, mas em todo o Jalapão.

Rádio Top FM (Araguatins)

Com 31.918 habitantes, Araguatins é o sétimo município mais populoso do Tocantins e o maior da região do Bico do Papagaio, que abrange um conjunto de 27 municípios situados no extremo norte do estado, marcado pela forte influência cultural e econômica dos estados vizinhos, Pará e Maranhão. Localizada a 601 km da capital Palmas, Araguatins concentra tanto rádios comunitárias quanto emissoras comerciais, como a Rádio Som Gospel, Rádio Atalaia do Bico e Sucesso FM. Nesse cenário de maior competitividade, a Rádio Top FM se destaca pela sua estrutura digital, contando com um site atualizado e um perfil ativo no Instagram.

De acordo com a grade de programação, o horário das 12h30 às 13h é reservado para a música, embora haja inserções de pílulas informativas do programa "Voz do Tocantins" entre 11h30 e 12h30. Entretanto, observou-se que nesse período também circulam conteúdos noticiosos de caráter geral e regional, além do programa "Jornal É Notícia", transmitido em alguns dias específicos.

No dia 17 de setembro, durante o "Jornal É Notícia", a rádio noticiou ações da Polícia Civil em Araguatins e municípios vizinhos, destacando prisões relacionadas ao tráfico de drogas. Além disso, apresentou notas sobre serviços, como prazos para pagamento do IPVA, intercaladas com músicas e interações dos ouvintes. A emissora também reproduziu boletins sobre a campanha Setembro Amarelo, promovida pelo Hospital Regional de Augustinópolis (município vizinho), chamando a atenção para a saúde mental e a prevenção do suicídio. Os locutores reforçaram a importância da vacinação e do atendimento.

No dia 22 de setembro, circularam informações sobre ações políticas estaduais, com destaque para reuniões do governador Laurez Moreira com secretários, porém em um conteúdo editado que não era o mesmo veiculado nas outras rádios analisadas. Além disso, foram apresentadas notas sobre obras de infraestrutura do governo do Tocantins em cidades do Bico do Papagaio. O programa também trouxe pautas de utilidade pública, como avisos sobre o calendário de vacinação contra a gripe e informações específicas sobre

Araguatins e outros municípios da região.

No dia 25 de setembro, a emissora destacou uma decisão da Secretaria de Estado da Saúde que estabeleceu novas regras para o fornecimento de medicamentos pelo SUS. A notícia foi acompanhada por comentários de ouvintes preocupados com o acesso regular a remédios em cidades menores da região. Também foram lidas notas sobre ocorrências policiais no município e informações sobre editais das prefeituras de outros municípios do Bico do Papagaio.

De forma geral, a Rádio Top FM demonstrou ser mais bem estruturada que as demais observadas, produzindo conteúdo informativo localmente, em consonância com a divulgação das notas da FARCOM. Embora o foco seja o Bico do Papagaio, há muitas referências às questões de Araguatins; no entanto, a interação com a comunidade mostrou-se limitada no período analisado. A inserção em plataformas digitais e a veiculação de notícias locais a diferenciam de outras rádios comunitárias analisadas, demonstrando um maior potencial de produção de informação e domínio tecnológico.

Percebemos que o entretenimento é uma característica marcante presente em toda a programação local das três rádios analisadas: Cidade FM, Dunas FM e Top FM. Em Palmeirópolis, a Rádio Cidade FM se destaca pela sua variada seleção musical, que inclui programas dedicados a estilos populares da música brasileira, como sertanejo e forró, proporcionando aos ouvintes momentos de descontração e alegria. Além das músicas, os locutores costumam interagir com a audiência por meio de bate-papos informais, compartilhando curiosidades sobre os artistas e as letras das canções, o que cria um ambiente acolhedor e próximo da comunidade.

Da mesma forma, em Araguatins, a Rádio Top FM também promove uma rica experiência de entretenimento. Os apresentadores intercalam a programação musical com interações dinâmicas, trazendo informações sobre festivais regionais, curiosidades sobre a cultura local e até mesmo entrevistas com artistas e personalidades da cidade. Essa abordagem não apenas mantém os ouvintes

engajados, mas também celebra as tradições e expressões culturais da região, reforçando o papel das rádios como importantes veículos de comunicação e entretenimento nas comunidades tocantinenses.

Alguns apontamentos

Conforme relatado no trabalho, a Lei 9.612/98 foi importante para a institucionalização da radiodifusão comunitária no Brasil. Apesar das restrições técnicas e burocráticas da legislação, esse fato vai impactar positivamente no segmento, pois permite que mais emissoras possam existir e levar informações para diferentes comunidades, sobretudo, aquelas que vivem em regiões periféricas ou sem acesso recorrente aos meios de comunicação. Com o passar dos anos, vimos surgirem modelos variados de rádios comunitárias. Algumas com gestão coletiva, outras pertencentes a associações ou igrejas e muitas seguindo as lógicas comerciais de emissoras privadas. Tal diversidade também precisa ser discutida, uma vez que pode comprometer a participação da comunidade, que é um dos principais objetivos do modelo.

Deste modo, podemos afirmar que, nas cidades onde uma rádio comunitária é o único veículo local, a emissora deve desempenhar um papel informativo singular, voltando sua programação para o serviço público para se destacar socialmente dentre os demais canais de comunicação. O foco deve estar na população e nas informações que vão impactar diretamente no seu cotidiano.

Percebemos ainda que a concentração de rádios comunitárias na região central, representada principalmente pela capital, Palmas, e a escassez em outras áreas do estado revelam a desigualdade midiática e informacional. Enquanto municípios com maior número de veículos de comunicação acessam mais e diferentes conteúdos; as cidades que não possuem sequer uma rádio comunitária enfrentam limitações em relação à participação pública, aprofundando as desigualdades sociais e reduzindo a mobilização local.

Importa destacar nessa discussão os dados do Mapa da Mídia do Tocantins (BITAR; ROCHA; SILVA, 2025), que mostram como a concentração dos

meios de comunicação ganha contornos próprios no estado. Os veículos não estão distribuídos de forma equilibrada pelo território, concentrando-se principalmente nos maiores centros urbanos, enquanto algumas regiões apresentam pouca ou nenhuma oferta de meios locais. Esse cenário evidencia que, no Tocantins, a concentração midiática também se traduz em desigualdade territorial, fazendo com que o acesso à informação e aos espaços de expressão local seja diferente entre os municípios, realidade que também alcança as rádios comunitárias.

As rádios comunitárias do Tocantins, que foram selecionadas para este estudo, apresentam uma grade baseada em programas musicais e de retransmissão de boletins informativos com fortes indícios de conteúdo institucional produzido pelas assessorias de comunicação governamentais. Essa questão revela a necessidade de se discutir o caráter comunitário das emissoras, uma vez que afeta diretamente a autonomia editorial do veículo e sua capacidade de mobilizar a comunidade local em prol de seus interesses.

Por outro lado, as emissoras analisadas - Cidade FM, Dunas FM e Top FM - exemplificam o papel essencial das rádios comunitárias no fortalecimento das identidades locais, mesmo diante das limitações e desafios que enfrentam na efetivação do caráter comunitário previsto em sua proposta original.

Já os problemas relacionados à sustentabilidade financeira e estrutural também foram pontos identificados na pesquisa. A falta de patrocínios culturais e editais limita as possibilidades de desenvolvimento das rádios comunitárias, assim como a escassez de mão de obra especializada e a dependência do trabalho voluntário afetam a qualidade do trabalho realizado. Nesse caso, o conteúdo veiculado é sempre o mais afetado. Uma solução é o investimento nas emissoras por meio de políticas públicas eficazes que ajudem a garantir a confiança da comunidade no serviço prestado.

Nesse sentido, as políticas públicas podem atuar em diferentes frentes, não apenas por meio do financiamento direto às emissoras, mas também pela criação de editais específicos, programas de formação e qualificação, apoio à

modernização dos equipamentos e mecanismos que facilitem o acesso das rádios a recursos públicos, especialmente nos municípios onde o mercado local é mais limitado. Ao mesmo tempo, a sustentabilidade não precisa depender exclusivamente do poder público. A busca por parcerias com iniciativas locais, associações, universidades, projetos de extensão, campanhas de apoio da própria comunidade e outras formas de financiamento pode contribuir para ampliar as fontes de receita e reduzir a dependência de um único agente. Mais do que garantir a sobrevivência financeira das emissoras, é importante que essas alternativas preservem sua autonomia editorial e mantenham a comunidade como referência central de suas ações.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA (Brasil). **Abraço no ar**. Brasília: Abraço, out. 2009.

AMARC BRASIL. **Rádio comunitária para um mundo melhor**. [s.d.]. Disponível em: https://amarcbrasil.com/radio-comunitaria/. Acesso em: 20 nov. 2025.

BAHIA, L. M. **Rádios comunitárias**: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BITAR, Marina Parreira Barros; ROCHA, Liana Vidigal; SILVA, Edna de Mello (org.). **Mapa da Mídia do Tocantins: processos e perspectivas**. Palmas: Editora Unitins, 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Portaria Secom nº 15, de 2024**. Brasília, DF, 2024.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

COELHO NETO, A. **Rádio comunitária não é crime**: direito de antena: o espectro eletromagnético como bem difuso. São Paulo: Icone, 2002.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. Cidadania comunicativa algorítmica: os desafios do direito à comunicação nas plataformas digitais. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, São Cristóvão, 2024. DOI: 10.54786/revistaeptic.v26i1.18644.

HILLERY, G. A. Definitions of community: areas of agreement. **Rural Sociology**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 111-123, 1955.

HUGHES, E. C. Institutions and community. In: PARK, R. E. (org.). **An outline of the principles of sociology**. New York: Barnes & Noble, 1939. p. 310.

MACIVER, R. M.; PAGE, C. Comunidade e sociedade como níveis de organização social. In: FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973. p. 117-131.

MERCER, B. E. The American community. New York: Random House, 1956. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.

MIRANDA, O. de. A armadilha do objeto: o ponto de partida de Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, O. de (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 53-59.

NISBET, R. A. **The question of community**. New York: Oxford University Press, 1953.

PARSONS, T. Las estructuras principales de la comunidad: un punto de vista sociológico. In: FRIEDRICH, C. J. (org.). **La comunidad**. México: Roble, 1969. p. 155-178.

PERUZZO, C. M. K. Comunidade em tempo de redes. In: PERUZZO, C. M. K.; COGO, D.; KAPLÚN, G. (org.). **¿Comunicación y movimientos populares**: cuales redes? São Leopoldo: UNISINOS, 2002. p. 275-298.

PERUZZO, C. M. K. . **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. . Interfaces entre comunicação comunitária e relações públicas populares. In: SAMPAIO, A. de O.; FERREIRA, G. M.; CARVALHO, C. (org.). **Comunicação estratégica e gestão de marcas**. Salvador: EDUFBA, 2023. v. 1, p. 101-114.

PERUZZO, C. M. K. . Comunicação popular e a mídia alternativa e independente em seus matizes originários e atuais. **Matrizes**: Journal of Communication and Cultural Studies, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-18, maio/ago. 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/230619/217061. Acesso em: 29 nov. 2025.

TÖTTÖ, Pertti. Ferdinand Tönnies: um racionalista romântico. In: MIRANDA, O. de (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 41-51.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973. v. 1. p. 96-116.

TÖNNIES, Ferdinand. Livro I: determinação geral dos conceitos principais; Livro II: a teoria das vontades; Livro III: fundamentos sociológicos do direito natural. In: MIRANDA, O. de (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 229-342.

Agradecimentos
Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de pós-doutorado, na modalidade PDJ, ao primeiro autor deste artigo, o que viabilizou o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM/UFT).